

O Plano “batida em retirada da” Amazônia 21/22 e o discurso ilusionista de Bolsonaro

O [Plano Amazônia 21/22](#), publicado dois meses depois do seu anúncio, durante a quarta reunião do Conselho da Amazônia, foi seguido da publicação da [Carta de Bolsonaro ao Biden e do discurso do presidente na Cúpula dos Líderes de 22 de abril](#).

Os dois documentos e o discurso buscaram convencer a comunidade internacional de que o governo brasileiro tem um plano para enfrentar o desmatamento na Amazônia, mas que, para colocá-lo em prática, precisa “contar com todo o apoio possível, tanto da comunidade internacional, quanto de Governos, do setor privado, da sociedade civil”.

O desmatamento na região alcançou em 2020 a área de 11.088 Km², a maior desde 2008. O que o governo apresentou foi um plano vazio de conteúdo, que expressa a mera intenção genérica de até o final de 2022 reduzir o desmatamento aos níveis da média histórica do PRODES (2016/2020), que é de 8.718 km².

Com essa área o desmatamento seria quase o dobro do alcançado em 2012, quando o governo brasileiro conseguiu efetivamente reduzir a devastação por meio do Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAm). O número é 122% maior do que a meta estabelecida para a redução do desmatamento no bioma pelo regulamento da Política Nacional sobre Mudança do Clima, a qual deveria ter sido cumprida até 2020. A intenção expressa no plano é, portanto, a prova de que o governo desmontou a política pública de combate ao desmatamento que vinha funcionando.

O PPCDAm foi reconhecido internacionalmente por seus resultados. Trata-se de um plano detalhado, fruto de 16 anos de aprendizado, que na sua quarta fase (2016-2020) possuía quatro eixos, desdobrados em nove objetivos, 30 resultados, dezenas de linhas de ação, definição clara de atores-chave e parceiros, além da atuação focada em áreas prioritárias, definidas com base em critérios técnicos.

Depois de mais de um ano inviabilizando a execução do PPCDAm, o governo resolveu encerrar o plano, em 23 de abril de 2020¹. No seu lugar, apresentou o Plano Nacional para o Controle do Desmatamento Ilegal e Recuperação da Vegetação Nativa (Planaveg 2020-2023), um documento vago, sem resultados, sem metas definidas e que, sintomaticamente, recusou décadas de lições aprendidas.

Agora, em abril de 2021, o governo publica mais um plano fake para combater o desmatamento na Amazônia. Um plano com apenas 1,8 anos (já que começa em maio de 2021) de duração e que expressa a intenção de priorizar apenas 11 municípios.

¹ http://combateaodesmatamento.mma.gov.br/images/Doc_ComissaoExecutiva/Ata-Reuniao-Conaveg-23.04.2020.pdf

Na prática, foi abandonada a lista de municípios tidos como prioritários pelo governo para o combate ao desmatamento por meio de portarias do Ministério do Meio Ambiente que foram ignoradas pelo CNAL. E isso quando ainda está em vigor a lista de municípios prioritários herdados do PPCDAM, que a partir de critérios objetivos considera 52 os municípios prioritários para o combate ao desmatamento (Decreto nº 6.321/2007)². Por sinal, foram incluídos pelo MMA novos municípios em janeiro de 2021³, que escaparam da lista dos 11 municípios priorizados no Plano Amazônia 21/22. Ou seja, o governo não conversa entre si e seu plano não contempla sequer os municípios prioritários para o combate ao desmatamento na Amazônia.

À notória falta de articulação política e intersetorial soma-se a incapacidade de estabelecer responsabilidades e governança que incluam o Ibama, o ICMBio e a Funai, órgãos legitimados legal e tecnicamente para o monitoramento e a fiscalização contra ilícitos ambientais e combate ao desmatamento. O plano se atém a uma lista genérica de responsabilidades setoriais que centralizam no MMA e no Ministério da Justiça e Segurança Pública a atribuição de solicitar que esses órgãos atuem nos municípios prioritários, com toda a precariedade e fragilidade que o governo hoje lhes impõe. A Polícia Federal, principal força de apoio à repressão ao crime ambiental organizado na Amazônia, é citada de forma periférica e coadjuvante. Coincidência ou não, o Superintendente do Amazonas da Polícia Federal denunciou este mês o Ministro do Meio Ambiente ao STF por crime ambiental. Foi exonerado do cargo.

Além da fragilidade de pessoal e da falta de orçamento, Ibama, ICMBio e Funai têm perdido de forma acelerada suas capacidades administrativas e operacionais em razão de dezenas de normas infralegais (as “boiadas” do ministro Salles). Na mesma data de divulgação do Plano Amazônia foi publicada a Instrução Normativa Conjunta nº 1, que condiciona a validade da atuação ambiental e dos embargos de áreas desmatadas ilegalmente a uma aprovação posterior de uma autoridade hierarquicamente superior, além de incluir entraves que podem paralisar a atuação de controle e fiscalização dos referidos órgãos. Essa nova norma enfraquece sobremaneira a responsabilização administrativa para punição dos infratores ambientais, aumentando a impunidade, principal motor de estímulo à ilegalidade. Ela completa de forma desastrosa regras que já haviam desestruturado o processo sancionador ambiental. Deve-se somar a esse quadro normas que enfraqueceram o ICMBio no seu papel de gestão das unidades de conservação, além do funcionamento do GT criado pelo Ministro de Meio Ambiente para “estudar” a extinção do ICMBio, simultaneamente à criação do Programa “Adote um Parque” – título quase irônico, uma vez que as UCs federais estão prestes a ficar órfãs com a extinção da autarquia que responde por sua gestão.

É com essa atuação na contramão do combate ao desmatamento, com um plano vazio e um carta de intenções ao presidente Joe Biden que o governo brasileiro espera convencer a comunidade internacional de que precisa de recursos para trabalhar.

Mas tampouco o argumento da falta de recursos é verdadeiro. Primeiro, porque entre 2019 e 2020 os militares mobilizaram mais de R\$ 1 bilhão de reais nas operações militares na Amazônia (as GLOs). Boa parte deste recurso foi oriundo de um acordo anti-corrupção (operação Lava Jato)

² <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/servicosambientais/controle-de-desmatamento-e-incendios-florestais/pdf/Listagemmunicípiosprioritáriosparaesdepreveno2021.pdf>

³ <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-9-de-11-de-janeiro-de-2021-298864602>

e poderia, se esta fosse a intenção, ter sido utilizado para fortalecer os órgãos ambientais, em especial Ibama e ICMBio, para ações de fiscalização ambiental.

Segundo, porque o governo sabia que não teria como sustentar as operações GLO na Amazônia por mais tempo, dado que elas custam muito caro e se mostraram pouco efetivas, além do fato de que o recurso extra que as financiava já havia se esgotado. Sabendo disso, o governo teve a chance de colocar no orçamento para 2021 recursos para fortalecer os órgãos ambientais e as ações de fiscalização do Ibama, em especial. Na contramão, apresentou um Projeto de Lei Orçamentária para 2021 (PLOA 21) com pesado corte de recursos para as ações finalísticas destes órgãos: de R\$ 118 milhões para o Ibama e de R\$ 119 milhões para o ICMBio. Numa cena de cinismo explícito, no discurso na Cúpula dos Líderes Bolsonaro prometeu “duplicar” os recursos para a fiscalização. Mas, como noticiado pela imprensa, a ideia é que o dinheiro vá para a Força Nacional, formada por policiais militares (base do presidente) e não para os órgãos ambientais.

Já passados mais de dois anos de gestão, o atual governo demonstrou a absoluta incapacidade de construir um plano capaz de enfrentar o problema do desmatamento em suas muitas dimensões. Somado ao descontrole do desmatamento verificado pelas altas taxas dos últimos dois anos, o documento do governo constitui, em verdade, reconhecimento explícito do fracasso das Operações Verde Brasil (1 e 2), assim como da incompetência e inoperância do CNAL. Devolve aos órgãos de origem, Funai, ICMBio, Ibama, Incra, PF, PRF, INPE, as suas atribuições originais e responsabilidades que deveriam ter sido fortalecidas e integradas desde o início dessa gestão, mas não foram.

É, assim, entre a incompetência, o vazio e a mentira que o governo brasileiro busca persuadir a comunidade internacional de que precisa de apoio financeiro do mundo para salvar a Amazônia da ilegalidade por ele próprio estimulada. Por tudo isto, o Plano Amazônia 21/22 e o discurso na cúpula climática expressam a falta de competência, credibilidade e compromisso com resultados efetivos de combate ao desmatamento, que comprometerão não apenas a saúde ambiental do Brasil e da Amazônia brasileira, como também a economia nacional, que ficará manchada pelo impacto climático e socioambiental desse desgoverno. Oferecer recursos ao Brasil, neste contexto, seria entregar um cheque em branco que aumentará a violência e a destruição da Amazônia.

GREENPEACE BRASIL

INESC – INSTITUTO DE ESTUDOS ECONÔMICOS

INSTITUTO DEMOCRACIA E SUSTENTABILIDADE (IDS)

INSTITUTO SOCIEDADE, POPULAÇÃO E NATUREZA (ISPN)

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA)

OBSERVATÓRIO DO CLIMA (OC)

SOS MATA ATLÂNTICA